

IELBO MARCUS LOBO DE SOUZA

A SEGURANÇA COLETIVA DA HUMANIDADE

Uma análise jurídico-institucional
do sistema de segurança coletiva da ONU

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª /1724

So89s Souza, Ielbo Marcus Lobo de
A segurança coletiva da humanidade: uma análise jurídico-institucional do sistema de segurança coletiva da ONU / Ielbo Marcus Lobo de Souza – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

1. Nações Unidas. 2. Tratados de paz. 3. Segurança internacional. 4. Conflitos sociais.
I. Título.

ISBN 978-65-86253-47-4

1189971^{CDD} - 321.9
- 327.172
- 327.1
- 320.94

Copyright © Ielbo Marcus Lobo de Souza
Copyright © 2020 Editora da Unicamp

● piniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610, de 19/2/1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP: 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO (<i>George Rodrigo Bandeira Galindo</i>).....	7
INTRODUÇÃO	11
I – ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA UNIVERSAL.....	19
1.1 O conceito geral de segurança coletiva.....	19
1.2 O conceito de segurança coletiva na Carta da ONU.....	24
1.3 Origens do sistema de segurança coletiva	28
1.3.1 <i>O Pacto da Sociedade das Nações</i>	28
1.3.2 <i>O Pacto de Paris</i>	35
1.3.3 <i>As tensões e os desafios ao Sistema da Liga das Nações</i>	43
1.3.4 <i>A criação da ONU e o novo sistema de segurança coletiva</i>	71
1.4 Os desafios políticos do sistema de segurança coletiva no século XXI	79
II – A SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	97
2.1 Antecedentes.....	97
2.2 O princípio da solução pacífica na Carta da ONU.....	103
2.3 Interação e complementariedade dos meios pacíficos de solução de controvérsias.....	120
2.4 Gerenciamento pacífico de conflitos internacionais	125
III – O PRINCÍPIO DO NÃO USO DA FORÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	133
3.1 Destrinçando o princípio	134
3.2 O conceito de agressão armada.....	137
3.2.1 <i>Agressão armada direta</i>	143
3.2.2 <i>Agressão armada indireta</i>	154
3.2.3 <i>Ameaça do uso da força</i>	162
3.2.4 <i>Aquisição territorial pelo uso da força</i>	163
3.2.5 <i>Uso da força compatível com a Carta da ONU</i>	165
3.3 Hipóteses do uso lícito da força nas relações internacionais	166
3.3.1 <i>O uso da força em legítima defesa</i>	166
3.3.2 <i>O direito de legítima defesa individual</i>	167

3.3.3 O direito de legítima defesa coletiva.....	175
3.3.4 Legítima defesa contra entidades não estatais.....	180
3.4 O uso da força em cumprimento de decisão ou recomendação do órgão competente da ONU.....	186
3.5 A intervenção por razões humanitárias: <i>lex ferenda</i> ou <i>lex lata</i> ?	188
3.5.1 Intervenção em favor de nacionais.....	189
3.5.2 O resgate de Entebe.....	192
3.6 Intervenção humanitária em favor de nacionais de outros Estados.....	195
3.6.1 A questão do Kosovo no Conselho de Segurança.....	196
3.6.2 A licitude do exercício de um direito de intervenção humanitária na questão do Kosovo.....	198
3.7 A responsabilidade de proteger.....	214
 IV – O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU.....	 223
4.1 Estrutura e procedimento.....	223
4.2 Processo decisório.....	230
4.3 Delimitação da competência em relação aos outros órgãos principais da organização.....	240
4.3.1 O Conselho de Segurança e a Assembleia Geral.....	241
4.3.2 O Conselho de Segurança e a Corte Internacional de Justiça.....	248
4.3.3 O Conselho de Segurança e o Secretariado.....	256
4.4 Funções e poderes.....	259
4.4.1 Natureza jurídica das resoluções do Conselho.....	260
4.4.2 Funções e poderes sob o capítulo VI da Carta.....	271
4.4.3 Funções e poderes sob o capítulo VII da Carta.....	283
4.4.4 Determinação prévia da existência de uma situação ou controvérsia definida no capítulo VII da Carta.....	285
4.4.5 Ameaças à paz e à segurança internacionais.....	287
4.4.6 Atos de agressão e ruptura da paz.....	290
4.4.7 Adoção de medidas provisórias.....	293
4.4.8 Imposição de sanções.....	296
4.4.9 Autorização para o uso da força.....	302
4.4.10 Mecanismos de supervisão.....	314
4.5 Perspectivas de reforma.....	315
 BIBLIOGRAFIA.....	 333